

**ATA DA 7^ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS, REALIZADA NA
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas e vinte e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Pedro Kemp, segundo-secretário deste Parlamento, deu-se abertura da 7^ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, etapa preparatória da 13^ª Conferência Nacional de Direitos Humanos.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Autoridades, senhoras e senhores, boa noite! Meu nome é Severina, sou cerimonialista, funcionária desta Casa de Leis. Sou morena, cabelos lisos e castanhos, uso óculos, estou trajando vestido preto e blazer na cor creme. Sejam todos bem-vindos. A 7^ª Conferência Estadual de Direitos Humanos é uma Etapa Preparatória da 13^ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que será realizada em Brasília, no mês de dezembro de 2025. A etapa estadual foi antecedida por nove etapas regionais, realizadas em todas as regiões de Mato Grosso do Sul: Campo Grande, Grande Dourados, Sul Fronteira, Cone Sul, Norte, Bolsão, Pantanal, Sudoeste e Leste. Nessas etapas, centenas de representantes governamentais e da sociedade civil se reuniram para debater os desafios locais, identificar violações de direitos e construir coletivamente propostas, além de escolher seus representantes, que hoje e amanhã estarão aqui, contribuindo com os trabalhos desta conferência estadual. Esse processo democrático e participativo garantiu que diferentes vozes — povos indígenas, comunidades tradicionais, população em situação de rua, juventude, mulheres, pessoas negras, quilombolas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, entre outros segmentos — fossem ouvidas e reconhecidas em suas pautas e demandas. A etapa estadual, portanto, tem o papel de consolidar esse acúmulo de debates, debruçando-se sobre as propostas vindas das nove regiões do estado, escolhendo aquelas que serão encaminhadas para a conferência nacional e elegendo os(as) delegados(as) que representarão Mato Grosso do Sul em Brasília, fortalecendo o Sistema Nacional de Direitos Humanos que buscamos construir. O material produzido também servirá para subsidiar a atualização do Plano Estadual de Direitos Humanos, publicado originalmente em 2013, de modo a adequá-lo às novas demandas e desafios da sociedade sul-mato-grossense. Senhoras e senhores, esta cerimônia de abertura da 7^ª Conferência Estadual de Direitos Humanos está sendo transmitida ao vivo pela TV Alems, canal 7.2 da TV aberta, Rádio Alems, conectada à Rádio Senado, na frequência 105,5 MHz, e pelas nossas plataformas digitais. Os registros fotográficos oficiais desta cerimônia de abertura serão repassados para a assessoria do gabinete do deputado Pedro Kemp, segundo-secretário da Alems. Informamos que temos wi-fi disponível e, para conectar, localize em seu dispositivo a rede Alems. Informamos também que as notas taquigráficas deste evento serão disponibilizadas no site da Alems dentro do prazo regimental. A mesa de abertura deste evento já está composta pelo deputado Pedro Kemp, segundo-secretário deste Parlamento; pelo professor Ben-Hur Ferreira, secretário-executivo de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Assistência

Social e dos Direitos Humanos (Sead), representando, neste ato, o Governo do Estado; pela defensora pública doutora Neyla Ferreira Mendes, presidente em exercício do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; pelo vereador Jean Ferreira, representando a Câmara Municipal de Campo Grande; pelo senhor Wenderson Gasparotto, conselheiro nacional de Direitos Humanos, palestrante desta noite; pelo senhor Lucas Mízael Jarcem, presidente da Associação Arqjobe – Quilombo Família Jarcem, representando a coordenação das comunidades negras rurais quilombolas do Mato Grosso do Sul e também a sociedade civil; pela senhora Lucineia Rara Amarílio, indígena guarani, da comunidade Porto Lindo, município de Japorã, representante da sociedade civil. Senhoras e senhores, teremos neste momento a execução do Hino Nacional Brasileiro: música de Francisco Manuel da Silva e letra de Joaquim Osório Duque Estrada. [Execução do Hino Nacional]. Senhoras e senhores, registramos a presença, aqui no Plenário, de Sua Excelência, o senhor deputado Renato Câmara, primeiro-vice-presidente deste Parlamento; do deputado Junior Mochi; do promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira, neste ato, representando o procurador-geral de Justiça, doutor Romão Ávila Millan; de Jaqueline Machado, juíza auxiliar da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, neste ato, representando o corregedor, desembargador Rui Celso Florence; de José Sarmento, secretário adjunto da Secretaria de Estado de Cidadania; e de Davidson Silva, subsecretário de Políticas Públicas da Promoção para a Igualdade Racial. Senhoras e senhores, para a abertura oficial e as boas-vindas, anunciamos a palavra do professor Ben-Hur Ferreira, secretário-executivo de Direitos Humanos da Sead, representando, neste ato, o Governo do Estado.

SENHOR BEN-HUR FERREIRA (secretário-executivo de Direitos Humanos - Sead) — Quero, neste momento, convidar a doutora Neyla, defensora pública, uma das grandes responsáveis pelo nosso sétimo encontro, para que possamos, juntos, declarar abertos os trabalhos.

SENHORA NEYLA FERREIRA MENDES (presidente da Adep-MS - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana) — Declaramos abertos os trabalhos da 7ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, etapa da 13ª Conferência Nacional de Direitos Humanos.

SENHOR BEN-HUR FERREIRA (secretário-executivo de Direitos Humanos - Sead) — Muito bem-vindos, senhores delegados e senhoras delegadas. Hoje é dia de fazer história.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Prosseguindo com as formalidades desta cerimônia, vamos registrar a presença da senhora Vivina Dias Sol Queiroz, pró-reitora de Cidadania e Sustentabilidade da UFMS, representando a magnífica reitora, professora doutora Camila Ítavo; do professor Fernando Machado, reitor da UEMS, representando o professor Laércio Carvalho; e do coronel PM Alexandre Rosa Ferreira, representando o comandante-geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, Renato dos

Anjos Garnes. Senhoras e senhores, neste momento teremos a apresentação cultural com Júlia Schroder, com a performance poética ancestral de George Aluvaia. Na sequência, teremos o cântico e ritual de paz do Candomblé, por pai Air de Ogum. [Apresentação Cultural].

JÚLIA SCHRODER (apresentação cultural) — "Vem por aqui, dizem-me alguns, com os olhos doces, estendendo-me os braços, e seguros de que seria bom que os ouvisse quando me dizem: 'vem por aqui!' Eu olho-os com olhos lassos, e há nos meus olhos ironias e cansaços; e eu cruzo os braços. Nunca vou por aí. Se vim ao mundo foi somente para desflorar florestas virgens e desenhar os meus próprios pés na areia ainda não explorada. E o mais que faço, não vale nada. E como, pois, sereis vós que me dareis machado, ferramentas e coragem para derrubar os meus obstáculos? Corre nas vossas veias o sangue velho dos avós e vós amais o que é fácil. Eu amo o longe e a miragem, amo os desertos, os abismos, as torrentes, e tenho a minha loucura: levanto-a como um facho a arder na noite escura e sinto espuma, sangue e cântico nos lábios. Ah! Que ninguém me dê piedosas intenções, ninguém me peça definições, ninguém me diga: vem por aqui. A minha vida é um vendaval que se soltou, é uma onda que se levantou, é um átomo a mais que se animou. Não sei por onde vou, não sei para onde vou. Mas sei que não vou por aí". O Cântico Negro foi a poesia escolhida para este momento solene, porque, diante desse mundo violento, caótico e terrível, cada aquele que se levanta em defesa dos Direitos Humanos está remando contra a maré. Está dizendo: não! Eu não vou por aí. Eu não vou pelo senso comum, eu não vou pela violência, eu não vou permitir que tudo isso que só seja naturalizado. E, para finalizar este momento, eu gostaria de trazer uma reflexão para vocês: o exercício democrático ao qual estamos nos propondo aqui, nesta conferência, precisa levar em conta uma coisa fundamental: não existe sujeito universal. Quando dizemos ser humano, esse ser é plural. E, se construímos políticas públicas de Direitos Humanos considerando o sujeito como universal, sem olhar para a diversidade, sem olhar para a diferença, sem olhar para a desigualdade, podem ter certeza: haverá pessoas que ficarão descobertas da política. Axé! (Cântico e Ritual de Paz do Candomblé). [Apresentação cultural].

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Agradecemos, então, a presença, a participação especial e a performance da Júlia e do Jorge. Na sequência, convidamos agora para o Cântico e Ritual de Paz do Candomblé, o pai Air de Ogum.

PAI AIR DE OGUM (representante do Candomblé) — Boa noite. É com imenso respeito e gratidão que saudamos esta Casa, seus representantes e cada pessoa aqui presente. Falar de direitos humanos é falar do direito de existir com dignidade, respeito e liberdade. As religiões de matriz africana fazem parte dessa grande luta. As nossas tradições nasceram da resistência de povos que mantiveram a ancestralidade ao longo dos séculos, apesar do longo e doloroso processo de escravidão. Conquistamos o direito de cultuar nossos orixás, de preservar nosso sagrado, de viver nossa fé sem medo, mas, ainda hoje, lutamos para que nossos direitos sejam respeitados. Quando defendemos a nossa fé,

honramos a memória de todos aqueles que vieram antes de nós. Praticamos a liberdade religiosa, o respeito às diferenças. A nossa herança ancestral, o canto, é uma forma de reza, e rezar é abençoar. É o "auê", que nós, do candomblé, usamos muito. Auê é uma palavra em iorubá que quer dizer bêncão. Hoje, nós estamos aqui para pedir a Oxalá bêncões; que essas bêncões cheguem em todas as suas vidas, e que sejam bêncões de axé [Apresentação cultural em iorubá]. Que "Babá mi" traga paz e toda sua representação de saúde, vida longa, progresso, prosperidade, e que os povos se unam. "Epa, Babá..."

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Agradecemos a participação especial no cântico e ritual da paz do Candomblé, por pai Air de Ogum. Registrarmos a presença, neste Plenário, do senhor Luiz Carlos Calado, coordenador de Direitos Humanos e Cidadania, representando o prefeito de Dourados, Marçal Filho; dos vereadores de Coxim, Abílio Vanelli e Marcinho Souza; de Rebeca Daiana Amarila Albino, especialista em indigenismo, neste ato, representando a presidente nacional dos povos indígenas, senhora Joênia Wapichana; do vereador de Dourados, Franklin; da delegada Elaine Benincasa, assessora especial do Núcleo Institucional da Cidadania da Polícia Civil, neste ato, representando o delegado-geral doutor Lupércio Degeroni; do delegado Edson Caetano, neste ato, representando a Associação dos Delegados de Polícia (Adepol); do professor doutor Gabriel Godoi de Paula, neste ato, representando a faculdade Insted; da professora Andreia Moringo, diretora de Educação para o Trânsito de Mato Grosso do Sul, representando o presidente do Detran, Rudel Trindade; e da senhora Cláudia Cavalcante, procuradora da Fundação de Apoio à Educação, neste ato, representando a diretora-presidente, professora Maria Cecilia Amendola da Motta. Registrarmos também a presença de Islisene Magalhães, presidente do Asilo São João Bosco. Com a palavra, o professor Ben-Hur.

SENHOR BEN-HUR FERREIRA (secretário-executivo de Direitos Humanos - Sead) — Obrigado, Severina. Quero passar a palavra aos oradores e oradoras que compõem a Mesa, mas vou me permitir, rapidamente, registrar — o Cerimonial já o fez, mas reforço — a presença dos deputados aqui ao meu lado: deputado Pedro Kemp, deputado Junior Mochi e deputado Renato Câmara. Quero agradecer a presença dos senhores, que demonstra o compromisso desta Casa com a pauta dos Direitos Humanos. Quero chamar, para fazer uso da palavra representando os vereadores e vereadoras, o vereador de Campo Grande, Jean Ferreira.

VEREADOR JEAN FERREIRA - PT (Campo Grande) — Boa noite a todos e todas. Primeiramente, gostaria de parabenizar toda a organização da 7^ª Conferência Estadual de Direitos Humanos: deputado Pedro Kemp, secretário Ben-Hur Ferreira, doutora Neyla, e todos aqui presentes — na pessoa do deputado Junior Mochi, do deputado Renato e demais servidores desta Casa — e a todos que estão compondo esta organização, bem como aqueles que nos assistem pela TV Alems e a plateia presente. É uma honra poder estar aqui nesta noite, Pedro, trazendo este tema tão importante para pensarmos o futuro da humanidade. Não tem como falar de Direitos Humanos sem nos sensibilizarmos, sem

nos indignarmos com o que vemos acontecendo hoje na Faixa de Gaza. Precisamos sempre refletir sobre como foram construídos, conquistados e reconhecidos os Direitos Humanos. Eles foram conquistados com muito sangue derramado, com muitas vidas tragadas pela máquina de se fazer direitos, que é a revolução, a luta de todo dia. E se a gente não ressignifica essa luta, essa tragédia que são as guerras, a gente não consegue entender a dor que foi para muitos povos, para muitas populações, para muitos grupos. E a gente sempre tem que levar essa mensagem de esperança, de evolução da humanidade, de empatia, porque a essência dos Direitos Humanos é ter direito, para que a gente possa garantir, apropriar as políticas públicas, o respeito, a empatia, a humanidade. Então, serei breve hoje na minha fala para que a gente deixe uma mensagem: que sempre nos sensibilizemos com toda dor que ainda acontece no mundo, e que, a partir disso, tenhamos força para construir políticas humanitárias, para construir o diálogo, para não se fazer mais guerra, e que, nesta conferência, possamos tirar pistas, soluções e entendimentos, para que construamos um país melhor e para que, na Conferência Nacional, fortaleçamos ainda mais essa mensagem. O Brasil vive um momento de anomalia na política, em que, desde a sua redemocratização, os Direitos Humanos estão sendo constantemente atacados. E justamente aqueles que sempre atacaram os Direitos Humanos, hoje dizem precisar deles. Sabemos que não há violação, mas essa extrema-direita utiliza quando precisa. Então, hoje é um momento de levarmos essa mensagem e fazermos esse pacto pela paz, para que possamos respeitar toda dor, toda tragédia que aconteceu na humanidade e ressignificar toda essa luta. Muito obrigado.

SENHOR BEN-HUR FERREIRA (secretário-executivo de Direitos Humanos - Sead) — Obrigado, vereador Jean Ferreira. Agora, para falar em nome das comunidades negras rurais quilombolas, quero chamar Lucas Mizael Jarcem, presidente do Quilombo Família Jarcem. Por favor, Lucas.

SENHOR LUCAS MIZAEL JARCEM (presidente da Associação ARQJOBE – Quilombo Família Jarcem) — Boa noite a todos. Em nome da doutora Neyla, cumprimento a Mesa; em nome do deputado Pedro Kemp, cumprimento todos os parlamentares presentes. Eu sou Lucas Jarcem, presidente do Quilombo Família Jarcem, onde represento mais de quatrocentas e sessenta e cinco famílias, atualmente. Também faço parte do Conselho Nacional da Comunidade Negra (Conerc) e do Coletivo da Juventude (Conaq Nacional). Saúdo a todos da sociedade civil, dos movimentos sociais, das comunidades tradicionais, dos órgãos de governo, acadêmicos, defensores e defensoras de Direitos Humanos, a cada cidadão e cidadã presente que veio aqui para contribuir conosco neste espaço democrático. Vivemos tempos em que os Direitos Humanos, conquistas históricas da humanidade, precisam ser constantemente reafirmados, protegidos e aplicados. Essa conferência é um espaço de diálogo, escuta e participação social, onde cada voz é importante. Aqui reafirmamos que os Direitos Humanos são universais, indivisíveis e inalienáveis, e não pertencem a alguns, mas a todas as pessoas. O nosso estado é plural e diverso: aqui se encontram povos indígenas, comunidades quilombolas, povos de terreiros, pessoas negras, mulheres, juventude, idosos, pessoas com deficiência, população

LGBTQIA+, crianças, trabalhadores do campo e da cidade, pessoas privadas de liberdade, imigrantes e tantos outros segmentos. Todos esses sujeitos têm dignidade e direito a respeito e justiça. Nossa conferência deve desenvolver e garantir que nenhuma voz seja silenciada. Direitos Humanos não são privilégios, são bases de uma sociedade justa e democrática. Defender os Direitos Humanos é defender a vida, a liberdade, a democracia, a igualdade, a segurança e a dignidade de cada pessoa. É lutar contra todas as formas de violência, racismo, intolerância, discriminação e exclusão. É garantir que o Estado cumpra seu papel de proteger e promover os direitos, mas também reconhecer a força da sociedade civil como protagonista da transformação social. Durante esses dias de trabalho, teremos a oportunidade de debater propostas, formular diretrizes e encaminhar deliberações que irão orientar políticas públicas de direitos humanos em nosso estado e também no âmbito nacional. É um processo que exige responsabilidade e compromisso ético e espiritual de construção coletiva. Convidado cada um, cada uma aqui presente, a participar com seriedade, com escuta atenta e com espírito de solidariedade, para que possamos transformar nossas diferenças em potências e construir consensos em torno do que realmente importa: a vida com dignidade para todas as pessoas. Falar hoje em defesa dos povos quilombolas e das comunidades tradicionais é falar de resistência, de dignidade e de vida. Nós somos herdeiros de uma história marcada pela dor da escravidão, mas também pela coragem de lutar, pela preservação da cultura e pelo direito à terra. A liberdade religiosa é um direito humano inalienável. É garantia de que cada pessoa pode professar sua fé, seus valores espirituais, ou mesmo optar por não ter religião, sem sofrer perseguição ou discriminação. Defender a liberdade religiosa é defender a dignidade das pessoas humanas, a diversidade cultural e a paz entre os povos. O Estado é laico, mas a sociedade é plural. Nesse pluralismo está a nossa força. Que jamais se cale uma voz, que jamais se feche um templo, que jamais se negue o direito de crer ou não crer. Liberdade religiosa é respeito, é justiça, é a democracia em sua essência. As comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e tantas outras guardam as memórias da identidade e a força do nosso povo. Defender esses povos é defender a soberania, a justiça social e a democracia. Não podemos aceitar que continue sendo negado o direito à terra, à saúde, à educação, ao reconhecimento de sua existência. É dever do Estado garantir titulação, proteção e políticas públicas, e é dever da sociedade valorizar, respeitar e aprender com a sabedoria ancestral que esses povos carregam. Por isso afirmamos: sem quilombolas e sem comunidades tradicionais, não há Brasil justo, não há democracia plena, não há direitos humanos verdadeiros. Encerro desejando que esta conferência seja marcada pelo respeito, pela pluralidade e pelo compromisso com a justiça social. Que saiam daqui propostas firmes, capazes de enfrentar os desafios e fortalecer a defesa dos direitos humanos em nosso estado e em nosso país. Muito obrigado a todos e excelente trabalho. Muito axé a todos.

SENHOR BEN-HUR FERREIRA (secretário-executivo de Direitos Humanos - Sead) — Obrigado, Lucas. Vou pedir licença aos delegados e delegadas, já que a senhora Lucineia Amarílio não está presente. Ela, indígena guarani, foi votar para representar as mulheres indígenas. Consultei a doutora Neyla aqui ao lado, que concordou comigo, para que a dona Dalva Guató pudesse falar. Ela nem sabia, até peço perdão por pegá-la de

surpresa. Mas, como sei que a senhora é uma oradora inflamada, que pudesse saudar as mulheres e os homens presentes em nome dos guatós. Por favor.

SENHORA DALVA MARIA DE SOUZA FERREIRA (representante da comunidade indígena) — Boa noite a todos e a todas. Para mim, é motivo de muita satisfação estar aqui juntamente com vocês neste auditório. Rogo a Deus que nos guarde, nos proteja e que nos cubra com suas bênçãos maravilhosas. Graças a Deus eu estou aqui não para falar somente pelo meu povo, mas por todos os povos. Nós, povos indígenas, somos povos porque somos nações. “Povos” significa nações. Não falo somente dos Guató, mas de todos, porque nós somos os povos originários, os verdadeiros donos da terra, e ninguém deve ousar querer tomar o que nos pertence desde as nossas ancestralidades, porque, quando chegaram aqui, nós já existíamos. Então, nós somos os verdadeiros donos desta terra, os verdadeiros donos do Brasil, e que ninguém ouse nos passar para trás. Ninguém mesmo. Nós somos povos originários e somos um povo protegido por Deus. Que Deus nos abençoe e nos guarde. Muito obrigada.

SENHOR BEN-HUR FERREIRA (secretário-executivo de Direitos Humanos - Sead) — Muito obrigado, dona Dalva. Anotamos sua vibrante fala. Quero anunciar e agradecer a presença do deputado Lídio Lopes, presidente da Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos e conselheiro dos Direitos Humanos. Quero passar a palavra, em nome desta Casa, ao deputado estadual Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP – PT (proponente) — Boa noite a todas as pessoas presentes, delegados e delegadas da 7^ª Conferência Estadual dos Direitos Humanos. Sejam todos bem-vindos e bem-vindas à Assembleia Legislativa, Casa da Cidadania e da Democracia aqui em Mato Grosso do Sul. Quero cumprimentar meus colegas deputados Lídio Lopes, Junior Mochi e Renato Câmara e dizer que represento esta Casa no Conselho Estadual dos Direitos Humanos, tendo o deputado Lídio Lopes como meu suplente. Quero saudar nossa presidente do conselho, a doutora Neyla, e o secretário-executivo dos Direitos Humanos de Mato Grosso do Sul, Eurídio Ben-Hur. Saúdo todas as demais autoridades e digo que hoje é uma noite muito especial para a Assembleia Legislativa, porque recebe delegados e delegadas de todo Mato Grosso do Sul para discutir políticas públicas de garantia dos direitos fundamentais de todas as pessoas. Daqui sairão os delegados e delegadas que irão nos representar na Conferência Nacional dos Direitos Humanos. Em uma breve mensagem, quero citar uma frase de Leonardo Boff, que recebeu prêmio nacional dos Direitos Humanos. Infelizmente, não me lembro *ipsis litteris*, mas ela diz, mais ou menos assim: os defensores dos direitos humanos são como lamparinas acesas que dissipam as trevas das injustiças e das violências, e, quando essas lamparinas se apagam, a humanidade cai novamente na escuridão e as pessoas perdem sua dignidade, que é inerente a cada um e a cada uma. A humanidade, na metade do século passado, desceu ao fundo do poço, na época do Holocausto, quando milhões de judeus, também ciganos e homossexuais, foram levados para as câmaras de gás e eliminados. Houve a tentativa de eliminação de todo um povo, o povo judeu. A humanidade, portanto, desceu ao

fundo do poço. E, a partir daí, percebeu que, se não repensasse a forma de considerar todas as pessoas, perderia sua essência como humanidade. Foi aí que nasceu, depois do Holocausto, a ONU (Organização das Nações Unidas) que aprovou, em seguida, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. E, quando a gente pensava que nunca mais haveria Holocausto, que nunca mais haveria uma tragédia humana como aquela, porque a humanidade se reuniu e criou um organismo internacional para zelar pela garantia dos direitos fundamentais das pessoas, agora, no século em que estamos vivendo, acontece uma nova tragédia na Faixa de Gaza, onde se tenta eliminar o povo palestino da face da Terra. E o mais grave é que não vemos o conjunto das nações se levantando para salvar o povo palestino. Já era hora de outros Estados romperem as relações diplomáticas com Israel, porque nós estamos assistindo, pela televisão, todos os dias, crianças com panelas vazias nas mãos morrendo de fome. Todos os dias assistimos, na hora do noticiário, prédios caindo, cidades em escombros, sendo destruídas. Se isso não nos incomodar, nós estamos perdendo a nossa humanidade. Então, eu retomo a frase de Leonardo Boff. Os defensores dos Direitos Humanos, que muitas vezes são mal vistos e criticados, são as lamparinas acesas que iluminam a humanidade, a consciência da humanidade, a preservar a vida e a dignidade de todas as pessoas. Agora, essa lamparina precisa ser alimentada com o óleo da esperança. Não podemos deixar apagar essas chamas. E esta conferência é o óleo que alimenta as nossas lamparinas acesas. Aqui, em Mato Grosso do Sul, nós temos a nossa Faixa de Gaza, porque temos comunidades indígenas à beira de estradas, vivendo em condições desumanas. Também há um genocídio, principalmente do povo guarani kaiowá. Por isso uma conferência importante como essa é o óleo que alimenta as nossas lamparinas acesas. Eu sei que defensores dos direitos humanos muitas vezes não são bem quistos. Hoje encontrei aqui delegados de municípios do interior dizendo: "Nós viemos contra a vontade do nosso prefeito. Viemos de carona, porque ninguém pagou a nossa passagem. Viemos contra a secretaria, que não quis liberar a nossa passagem." Por quê? Porque defensores dos direitos humanos incomodam o poder público, as autoridades, que muitas vezes são os maiores violadores desses direitos, quando negam saúde de qualidade, quando negam acesso à educação a todas as pessoas, quando negam segurança pública para os jovens assassinados nas periferias. Então, nós incomodamos, enchemos o saco das pessoas — mas esse é o nosso papel: manter a lamparina da defesa dos direitos e da dignidade de todas as pessoas sempre acesa. Que as nossas lamparinas nunca se apaguem, para que possamos dissipar as trevas das injustiças, das violências, e para que a humanidade possa viver em liberdade, em paz e em fraternidade. Muito obrigado.

SENHORA NEYLA FERREIRA MENDES (presidente da Adep/MS) — Obrigada, deputado Pedro Kemp. Eu vivo dizendo: quem não nasceu para ser chato, não precisava nem ter nascido. De imediato, gente, o nosso tempo é corrido, então eu vou passar a palavra para o secretário Ben-Hur Ferreira, que vai falar em nome do governador do estado.

SENHOR BEN-HUR FERREIRA (secretário-executivo de Direitos Humanos - Sead) — Quero mais uma vez saudar a doutora Neyla, o deputado Pedro Kemp, o Lucas

representando os quilombolas, o Wenderson Gasparotto, que daqui a pouco vai estar fazendo uma palestra, a dona Dalva, os deputados presentes. Senhores delegados e senhoras delegadas, é um desafio falar em nome do Governo do Estado, porque, quando se pensa em direitos humanos, eles sempre visam enquadrar o Estado dentro dos marcos da Constituição, dos marcos legais, e pensar a democracia para além do seu aspecto formal ou do seu aspecto eleitoral. É incompatível, por exemplo, a miséria com a democracia. Nesse sentido, o governador Eduardo Riedel assumiu um compromisso de, até 2026, acabar com a pobreza extrema em Mato Grosso do Sul. Portanto, o Governo vai enfrentar essa agenda dos Direitos Humanos. Mas é importante que façamos uma reflexão sobre a democracia: a democracia tem que ser um valor universal. Não podemos ser coniventes com regimes que têm prisioneiros de consciência, partido único, e que muitas vezes não se abrem ou dizem que é incompatível liberdade com igualdade. Não! Quem prestou atenção na fala do Lucas ouviu: direitos humanos são indivisíveis. Queremos liberdade e igualdade. Queremos pão e queremos circo! Não aceitamos ditaduras do bem. No Estado tem que haver pluralidade, alternância de poder: é esse o compromisso que nós temos em Mato Grosso do Sul. Também em nome do governador Eduardo Riedel, quando olhamos Mato Grosso do Sul, eu digo o que nós avançamos e o que falta avançar. Por exemplo, na questão dos povos originários, há uma dívida histórica. A gente espera que o Governo Federal, além da questão simbólica de ter um ministério, cada vez mais compareça com recursos, com verbas, para que possamos enfrentar esse descalabro. É um escândalo: não é possível conviver — no estado em que a renda per capita mais cresce no Brasil, — com a falta de água potável nas aldeias indígenas. Da nossa parte, a Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, através da doutora Patrícia e do doutor Anderson Chadid, garantiu — por decisão judicial e por entendimento — a questão da cesta básica nas comunidades indígenas. Mas nós sabemos que isso é emergencial. A ideia é autonomia; e para ter autonomia, tem que ter terra para plantar. Por isso, também nessa questão podemos apontar avanços: recentemente, com a bancada federal, por emenda do deputado Vander Loubet, foi garantida a perfuração de poços em algumas comunidades. Mas ainda estamos longe de dormir em paz enquanto houver pessoas sem direito à água potável. No que diz respeito à questão da mulher — já que este Plenário é majoritariamente composto por mulheres —, podemos olhar Mato Grosso do Sul na seguinte perspectiva: cada vez mais se ampliam as políticas públicas para as mulheres. O Programa Protege, programa transversal comandado pela Secretaria de Estado da Cidadania (SEC), envolve o Legislativo, o Judiciário, o Executivo, a Delegacia Lilás e capacitação. Entretanto, convivemos com números terríveis de feminicídio e violência contra a mulher. Isso porque há uma questão que faz parte da nossa cultura. Eu desafio nossos delegados a falarem para quem está fora daqui, porque quem está dentro já está convencido. Qual é o nosso discurso para aquela mulher evangélica da periferia? Qual é o nosso discurso para aquelas pessoas que acham que os Direitos Humanos atrapalham a vida do policial? O nosso papel é ganhar as forças de segurança pública. Nos indigna, por exemplo, a notícia que chegou nesta semana sobre a quantidade de policiais civis e militares que se mataram nos últimos anos em Mato Grosso do Sul. É imperioso que a segurança pública seja tratada com dignidade, que trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública tenham salários

decentes, possam ter assessoria e capacidade de enfrentar a violência. Por isso, aqui em Mato Grosso do Sul — consciente de que o país tem um racismo estrutural e que não estamos em uma ilha isolada — o Governo do Estado lançou o Programa MS Contra o Racismo. E eu, particularmente, que sou autor da Lei nº 10.339/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino sobre a África e os afrodescendentes, digo: o Governo criou um selo para reconhecer as comunidades escolares. Está aqui o secretário Davidson, que assumiu agora e faz um belíssimo trabalho em sua comunidade escolar a respeito dos ensinos do continente africano e de todo o povo da diáspora. Portanto, é nessa perspectiva que enfrentamos a violência — mas não jogamos nenhum problema para debaixo do tapete. Por exemplo, a questão LGBTQIA+: o Governo do Estado criou um grupo de trabalho que está discutindo e debatendo. Muitas vezes não avança na velocidade que gostaríamos, mas a Casa de Acolhimento para a comunidade LGBTQIAPN+ é uma política pública. Mas não podemos nos iludir: a política pública cumpre um papel, e outro papel tem que ser cumprido pelas igrejas, pelos partidos políticos, discutindo tolerância à diversidade, pluralidade, colocando os direitos humanos como papel da direita e da esquerda. O que não cabe é o extremismo. É bom reconhecer, na história dos Direitos Humanos, a contribuição que os liberais deram no século XVIII, quando instituíram — ainda que revolucionários burgueses — a propriedade privada, mas também o direito de ir e vir, a liberdade religiosa e o direito de sindicalizar. A segunda dimensão dos Direitos Humanos tem a ver com a Igreja, com o Manifesto de Marx e Engels, quando se garantiram direitos sociais; com o Papa Leão XIII, que cobrou que a propriedade tivesse função social. E, por fim, no século XX, os direitos coletivos e difusos, depois da Segunda Guerra Mundial, como muito bem colocou o deputado Pedro Kemp. É importante que todas as correntes se reconheçam na tradição dos direitos humanos, pois eles não podem ser patrimônio só de um campo político; têm que ser patrimônio da humanidade, como também é a democracia. Por isso, para encerrar: passei a tarde toda, na qualidade de secretário, ouvindo — porque esse também é o meu papel: ouvir e registrar. Só tive que me ausentar — e peço até desculpas ao professor César e à Estela, porque era na hora em que eles estavam falando — para resolver um problema logístico do encontro. Mas entendi os recados que foram dados e anotei as declarações sobre agrotóxicos, sobre críticas a políticas públicas, sobre mais recursos e mais estrutura. Esse é o nosso papel nos Direitos Humanos. Quando o governador me convidou, eu disse a ele: “governador, tenho compromisso com o seu governo, mas também tenho compromisso com a verdade e com a luta.” Eu fiz a minha vida como professor e como militante dos direitos humanos, e não cheguei a um espaço de poder para negar a minha luta. Então, reconheço os avanços, luto pelos avanços, mas aponto também que temos um longo caminho. Para esse caminho, temos que vencer a batalha da comunicação. Não podemos ir para o gueto. Direitos humanos têm que conquistar corações e mentes; as pessoas têm que dizer o que a sociedade faz de direitos humanos, o que as Apaes fazem sobre direitos humanos, o que as associações de moradores fazem sobre direitos humanos, o que a associação que luta pelo meio ambiente faz sobre direitos humanos. Portanto, direitos humanos são a nossa própria vida, e tem que ser essa a vocação humana: para a paz, para a felicidade e para o amor. Delegados e delegadas, estejam à altura dos desafios; saiam daqui, todo dia, como militantes que afirmam os direitos humanos. Obrigado. Bom

encontro para nós. [Trecho inaudível]. Obrigado pelas manifestações. Quero passar agora — para fazer uma fala — ao nosso representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, o senhor Wenderson Gasparotto, que gentilmente comparece à nossa conferência. Wenderson, você vai ter de vinte a vinte e cinco minutos — quando faltar cinco minutos para o término, eu o aviso — para representar aqui a posição da sociedade civil no Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Por favor, Wenderson.

SENHOR WENDERSON GASPAROTTO (conselheiro nacional de Direitos Humanos) — Eu prometo ser mais rápido do que isso, porque eu sei que está todo mundo cansado. Obrigado por vocês estarem aqui. Parabéns. Tenho certeza de que esta é a sétima e maior conferência deste estado. É um orgulho, e estou muito grato por estar aqui, por poder dividir este espaço com vocês. Defender e construir direitos humanos neste país não é fácil. Quero aqui trazer os meus parabéns e agradecer a todo o conselho, a todos que estão aqui. Quero parabenizar a Neyla, que é presidente do conselho, trazer um abraço da nossa presidenta, que também é defensora pública da União. As defensorias são criações e resultado de uma luta incansável do campo de Direitos Humanos, e têm um papel fundamental para a democracia neste país. As defensorias têm sido aliadas e parceiras na construção da democracia e na defesa de direitos humanos em todos os lugares. Eu queria, antes de começar — sem discordar, deputado —, dizer que não é tragédia. Tragédia é algo que acontece por acaso. Em Gaza, é genocídio! Peço desculpas por vir a esta Casa discordar. Secretário, eu entendi que o senhor disse que a gente quer pão e circo. "Panis et circenses" é uma referência romana de um imperador que tinha uma política populista de entregar à população pão — que era comida — e circo — que eram os gladiadores —, para que a população não se revoltasse e não tomasse o poder. É o contrário: a gente não quer pão e circo; eu tenho certeza de que não foi isso que o senhor quis dizer.

SENHOR BEN-HUR FERREIRA (secretário-executivo de Direitos Humanos - Sead) — Já que você fez menção à minha fala: obviamente, além de pão e circo a gente ainda quer diversão e arte — eu poderia até citar os Titãs — para qualquer parte... Nesse sentido, acho que ficou claro, na minha fala, que eu não tinha essa conotação que o senhor quis dar nesse momento. Mas, como democrata, eu ouço a tua...

SENHOR WENDERSON GASPAROTTO (conselheiro nacional de Direitos Humanos) — A gente quer muito mais que isso. A gente quer revolução, mesmo, porque os Direitos Humanos nascem em uma revolução, a Revolução Francesa e, garantir direitos humanos exige que a gente revolucione o país e o mundo a cada dia. A gente quer muito mais que diversão e arte: a gente quer direitos humanos, a gente quer igualdade, a gente quer a demarcação, a gente quer acabar com o marco regulatório, a gente quer muito mais coisas — e vamos construir muito mais coisas. A gente quer um Sistema Nacional de Direitos Humanos construído, forte, democrático; a gente não quer mais golpe, a gente não quer mais que a nossa democracia seja ameaçada. Queremos fortalecer a nossa democracia. Desde a 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada há quase dez anos, acumulamos muitos retrocessos nessa área. A questão indígena é um exemplo

claro: as demarcações de terras foram interrompidas e inúmeros obstáculos têm sido criados para impedir novos processos. Hoje, corre-se o risco, por exemplo, de a Raposa Serra do Sol deixar de ser considerada uma terra indígena demarcada. Esse é apenas um dos casos em andamento. Outro exemplo é ainda mais alarmante: os mesmos que negam a tentativa de golpe, muitas vezes se apresentam como moralistas defensores da família e afirmam combater a pedofilia, mas propõem no Congresso Nacional projetos que punem adolescentes ou crianças de doze anos que interromperem uma gestação com penas mais severas do que a do próprio estuprador. Vejam o absurdo: a vítima seria encarcerada por mais tempo do que o criminoso que a violentou. Que loucura estamos vivendo neste país! Temos aqui nossa amiga Adriane, que pode complementar esse ponto. Depois das denúncias do youtuber Felca — para quem não conhece, ficou conhecido ao produzir um vídeo denunciando a exploração sexual infantil na internet, especialmente nas redes sociais — ficou ainda mais claro como essas plataformas, mesmo sem intenção declarada, acabam servindo de ferramenta para pedófilos e abusadores. O trabalho dele resultou inclusive na prisão de um indivíduo que mantinha um programa no YouTube — repugnante — e que há tempos tentávamos tirar do ar sem sucesso. Felizmente, graças a esse documentário bem produzido, a prisão finalmente aconteceu. A repercussão foi tão grande que surgiram diversos projetos no Congresso para regulamentar as redes sociais. Mas, contrariamente, os mesmos parlamentares que negam o golpe foram os primeiros a dizer: “Não, não podemos regulamentar nada. É preciso garantir liberdade de expressão.” São os mesmos que, além de relativizarem o golpe e defenderem penas menores para estupradores do que para suas vítimas, querem permitir que a pedofilia continue circulando livremente nas redes. E por quê? Porque insistem em chamar de “liberdade de expressão” algo que não é. Liberdade de expressão não significa dizer qualquer coisa, em qualquer lugar, sem consequências. Não é liberdade de expressão afirmar que negros devem ser escravizados, que indígenas são vagabundos ou que um indígena “pesa no mínimo quinze arrobas”. Isso não é opinião, é agressão. Isso é crime, e está previsto tanto na Constituição quanto em nossas leis. Nos Estados Unidos, esse tipo de discurso pode ser tolerado, mas não temos culpa de que a legislação de lá seja racista. Aqui não é. O Brasil possui normas que garantem uma convivência melhor. Se lá as pessoas vivem armadas, matando-se em uma guerra de ódio, aqui não queremos repetir esse cenário. Nossa convivência precisa ser mais justa e pacífica. Portanto, diante de tudo isso, reafirmo: a polarização que tentam impor ao nosso país é extremamente prejudicial. Há, sim, um lado que está errado. Há, sim, um lado que não defende direitos humanos. É o mesmo lado que, até ontem, dizia que “bandido bom é bandido morto” e que Direitos Humanos “só defendem bandidos”. É um discurso falso, falho e fácil para atacar quem defende direitos humanos, para desmoralizar quem defende direitos humanos. É fake news — e querem garantir essa fake news justamente dizendo que não pode regular as redes sociais, para que possam continuar mentindo nas redes sociais. E, aí, se a rede social, com essa mentira, abusa de criança e adolescente, tudo bem para eles. Se tem um monte de big tech deixando família sem casa... Porque vocês sabem que essa história de “tigrinho” na internet está virando um caos: tirou quase quarenta e dois bilhões de circulação, porque quem perde dinheiro jogando não compra comida, não compra carro, não compra pneu, não compra artesanato indígena. Esse

dinheiro sai de circulação. Mato Grosso do Sul deixa de crescer com essa história de “tigrinho”, de aposta pela internet. Isso tem que acabar. E olhem só o que o nosso Congresso Nacional fez: isentou os caras de imposto. Olhem só! Depois, não é de se assustar que, quando a Polícia Federal faz uma batida na Faria Lima, encontrou “quarenta e dois bilhões de reais do PCC”, e — desculpa a brincadeira aqui — não tinha nenhum negro ali na Faria Lima. Não tinha nenhum indígena. Era tudo branco, era tudo com a minha “fuça”: branco, de terno e gravata, bem formado, era dono de banco. Quarenta e dois bilhões do PCC apreendidos em fintechs, apreendidos de quem aposta e de quem doou dinheiro para o Nikolas Ferreira. E aí eu posso falar o nome, porque doou dinheiro para ele mesmo, ele tem conta lá no banco — e é um dos deputados que fala que defende liberdade de expressão “para quem quiser falar o que quiser”, inclusive ele, que fala um monte de besteira. Porque vestir uma peruca loira e tentar imitar e descharacterizar — ou tentar humilhar — qualquer transexual é crime; não é brincadeira, é crime. Aquele cara deveria estar na cadeia, e não no Parlamento brasileiro, porque o que ele faz não é liberdade de expressão. O que ele faz viola direitos humanos e provoca, na sociedade, violência e morte. Ou vocês acham que a atitude que ele teve no Parlamento não causa, nas ruas, gente matando transexuais, homossexuais, etc? Ou vocês acham que ele não provoca isso? Vocês acham que ele não é responsável pelas mortes que incita? E isso nós temos que discutir, quando a gente discute o Sistema Nacional de Direitos Humanos. Enquanto o Brasil precisa reduzir o Imposto de Renda dos assalariados — o Policial Militar paga Imposto de Renda e paga caro; o deputado também. É retido na fonte; vereador, também; secretário, defensor também pagam, porque é tudo retido na fonte. Há uma proposta para isentar quem recebe até cinco mil reais. Isso o Congresso não está votando, mas, votaram para que eles não possam ser julgados pelo STF. Querer votar impunidade — porque aquilo não se chama anistia, não; aquilo se chama impunidade —, querer inocentar quem tentou dar golpe de Estado... E não se enganem: não é para quem pintou uma estátua de batom, não é para quem tem epilepsia; é para quem tentou dar golpe de Estado, é para quem planejou homicídio, é para quem vai nas redes sociais dizer que preto é ladrão, que indígena é vagabundo, e que quem é defensor de direitos humanos tem que morrer. Quem tentou dar golpe de Estado e defender a ditadura militar são essas pessoas que estão presas — quem defendeu acabar com a democracia neste país. Inocentar essas pessoas não é legal, porque foi justamente não as punir no passado que garantiu a coragem de elas hoje tentarem dar outro golpe. Não foram punidos lá atrás, então, por que não tentar de novo? E, se não punirem agora, daqui a pouco vão tentar outra vez. O Brasil se tornou exemplo para o mundo. A The Economist, maior revista de economia do mundo, colocou na capa — algum tempo atrás — o Brasil como exemplo para o mundo, porque nós enfrentamos a maior potência econômica e militar deste mundo para garantir a nossa soberania nacional. Eu tenho só mais cinco minutos, então vou encerrar aqui para dizer o seguinte: por que eu disse tudo isso? Para que vocês tenham noção do que a gente está enfrentando. O Conselho Nacional de Direitos Humanos, por exemplo, acionou e denunciou o Trump na ONU, porque ninguém vai se meter na nossa soberania. Quem resolve os nossos problemas somos nós. Não vai querer um cara com cabelo laranja — nada contra — vir lá dos Estados Unidos mandar no que a gente faz aqui. Acho que ele nunca esteve

aqui. Já basta eu, branco, vir aqui e invadir a terra, dona Dalva. Ele não. Ele não vai invadir aqui, não; ele não vai mandar aqui, não. Nós vamos definir a nossa democracia. Então, isso tudo tem muito a ver com o Sistema Nacional de Direitos Humanos, porque direitos humanos e democracia caminham lado a lado. Defender a democracia é defender os direitos humanos — e vice-versa. Esse é o desafio que nós temos daqui para frente; isso está muito na nossa cara e vai exigir muita coragem. Eu sei que cada um de vocês aqui tem uma coragem sobre-humana, porque defender direitos humanos neste país ou é meio maluco, ou é corajoso demais — nós somos tudo isso. Então, obrigado mais uma vez por vocês estarem dispostos a estar nessa luta junto com a gente, de construir o sistema nacional, de construir Direitos Humanos. E podem ter certeza: nós estamos retomando o debate democrático, forte; mas virão outras conferências, e a gente não pode esquecer o seguinte: "conferência" não pode sair do nosso radar, porque é também conferir o que está sendo feito. Nós temos que analisar o que está sendo feito, pensar no que está sendo feito, criticar o que está sendo feito e fazer melhor — por isso que se chama "conferência". Nós não podemos esquecer o passado, não podemos esquecer os erros do passado. Muito obrigado e, mais uma vez, parabéns. Esta é a primeira conferência em que todo o Brasil vai participar e vai estar na Conferência Nacional de Direitos Humanos. Obrigado.

SENHOR BEN-HUR FERREIRA (secretário-executivo de Direitos Humanos - Sead) — Quero agradecer imensamente ao conselheiro nacional de Direitos Humanos, Wenderson Gasparotto pelas suas reflexões, e lembrar aos nossos delegados e delegadas que vão para o hotel: tem um ônibus aqui em frente à Assembleia Legislativa. Já estamos encerrando os trabalhos e, amanhã, o ônibus vai estar às 7h50min no hotel. Cuidado com o horário. Hoje, foram exemplares no horário, na atenção e em toda essa "pegada". E amanhã, a gente quer terminar muito bem a conferência. No mais, quero agradecer mais uma vez aos deputados Lídio Lopes e Pedro Kemp, às pessoas que compõem a Mesa e aos senhores delegados. A gente se vê amanhã lá na Unigran, onde vai acontecer o segundo dia da 7^ª Conferência dos Direitos Humanos. Obrigado a todos! Não havendo mais nada a tratar, vou declarar encerrada a presente Conferência Estadual dos Direitos Humanos. Está encerrada (20h40min).